

ARTIGO

É LEGAL, MAS IMORAL



Comungo também com o sentimento da maioria no sentido de que causa inquietação o fato de que tem certos atos praticados que são legais, porém no sentimento da maioria, manifestamente imorais.

De início é importante aduzir que o Direito e a Moral são regras sociais que regulam o comportamento do Homem em sociedade, definindo um conceito de comportamento que é certo e o que não se enquadra neste comportamento é tido como errado.

Se observarmos os fatos que acontecem na sociedade, é possível enxergarmos que existem regras sociais que se cumprem de maneira natural, como por exemplo, ser bom e honesto.

Esses comportamentos são cumpridos sem a necessidade de ninguém nos forçar para agir dessa maneira, é o mundo de conduta espontânea, onde estas regras sociais são cumpridas naturalmente.

Noutra vertente, existem regras sociais que o homem em sociedade só cumpre de forma obrigatória ou forçada, este é o campo de atribuição do Direito, regra social que tem como sua essência a coercibilidade, visando regular o homem em sociedade de forma jurídica tendo a figura do Estado como regulador dessas regras de organização, onde não sendo cumpridas tais regras, o homem será forçado a cumpri-las e se enquadrar nesses ditames.

Existem regras sociais que o homem só cumpre de forma obrigatória ou forçada

lei, o Poder Judiciário pode efetivar o controle de leis que violem a moralidade.

Aliás, o Supremo Tribunal Federal em inúmeras hipóteses vem declarando inconstitucionais leis que por exemplo, atribuem de forma injustificada benefício a alguém de forma imoral, vindo com isso a invalidá-las.

Contudo, é certo que embora a moralidade seja um conceito aberto, cabe aos julgadores analisarem o ato ou lei de acordo com as definições de ética externada pela sociedade nos tempos atuais. Até porque o que era moral outrora, já não é nos dias atuais.

De todo o exposto, se é certo o aforismo de que certo ato pode ser imoral, porém legal, também deve-se afirmar que ele pode ser, no entanto, inconstitucional e assim, passível de ser invalidado pelo Poder Judiciário.

Victor Humberto Maizman é advogado, consultor jurídico tributário e professor de Direito Tributário.

Facultado

O governador também cita a competência facultada ao procurador-geral de Justiça para dispor sobre o tema. A principal proposta feita pelos deputados estaduais seria a obrigatoriedade do MPE em prestar contas da execução orçamentária ao Poder Legislativo.

Pagamento

A Secretaria de Estado de Fazenda divulgou o calendário de pagamento dos salários dos servidores estaduais. Na próxima quarta-feira, 10, ocorrerá o primeiro pagamento, quando serão depositados até R\$ 5,5 mil para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas.

CURTAS

Moradores tapam buracos

Mesmo com a Secretaria de Infraestrutura de Tangará garantindo que o trabalho de tapa-buracos está a todo vapor, basta andar pelas ruas do município (qualquer uma delas) para se deparar com um ou muitos buracos. A Rua José Corsino (Rua 12), por exemplo, é uma dessas vias paralelas mais movimentadas no Parque Mansões, pois passa em frente a duas unidades educacionais, que está tomada por buracos. Nesta região, cansados de esperar, trabalhadores resolveram fazer o serviço do Município, tapando grandes crateras formadas na esquina da rua José Corsino com a Arlindo Nogueira Gomes (Rua 7-A). Eles usaram cimento e brita para cobrir os buracos nesta via, que fica bem em frente ao 19º Batalhão da Polícia Militar.



Selo Unicef

O governador Mauro Mendes recebeu uma comitiva do Unicef para discutir e firmar uma parceria que auxiliará os municípios a obterem o selo Unicef. A primeira-dama, Virginia Mendes será a coordenadora e atuará em parceria com a Associação das Primeiras Damas do Estado.

Adesão

No Estado, dos 141 municípios, 73 já fizeram a adesão ao selo, cuja avaliação dos indicadores e apresentação dos resultados será em 2020. “A nossa maior preocupação é garantir que as políticas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes sejam de fato implementadas”.

Eixos

A coordenadora do território Amazônia pela Unicef, Anyoli Sanabria, explicou que a estratégia do Unicef é trabalhar 12 eixos essenciais para que municípios consigam ser inseridos no selo e conquistem índices positivos, principalmente, em relação ao combate à evasão escolar.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Aeroportos

O aeroporto Internacional Marechal Rondon e outros três terminais regionais de Mato Grosso começam a ser operados oficialmente pela iniciativa privada somente no final do ano. A assinatura do contrato está marcada para o mês de julho, segundo cronograma do governo federal.

Em MT

No Estado de Mato Grosso, os aeroportos Marechal Rondon e os regionais de Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta ficarão sob gestão do chamado consórcio Aeroeste, formado pelas empresas Socicam e Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (Sinart).

Veto

O governador Mauro Mendes vetou o projeto de lei que autorizava a Assembleia Legislativa a julgar as contas do Ministério Público Estadual. Para o governador, haveria a invasão da competência do Poder Executivo alterando a organização do Ministério Público.

AL poderá destinar recursos para ajudar a Santa Casa

Após mais uma rodada de discussões sobre a crítica situação da Santa Casa, que suspendeu os atendimentos por falta de condições financeiras, a Assembleia Legislativa poderá devolver recursos ao governo do estado e repassá-los à instituição. A proposta foi anunciada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho e será amplamente debatida com os deputados.

